

CAMINHOS ALTERNATIVOS: ESCRAVIDÃO E REPRODUÇÃO EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX

Clotilde Andrade Paiva
Douglas Cole Libby

Pesquisadora do CEDEPLAR/UFMG
Professor do Depto. de História da UFMG

RESUMO

Entre os fatores que influenciaram a demografia escrava talvez o mais importante tenha sido o grau de envolvimento na tradicional economia colonial de exportação.

Até o final do século XVIII o mercado interno brasileiro havia se consolidado e as atividades produtivas correspondentes demandavam uma força de trabalho escrava considerável. Em períodos e regiões diferentes, várias populações cativas engajadas na produção de gêneros alimentícios, destinados ao consumo interno, se comprovaram capazes de reprodução natural. Após o ciclo aurífero, Minas Gerais constitui a maior e mais expressiva região dedicada ao mercado interno. Baseado em novas evidências, demonstrar-se-á que, a despeito das enormes pressões do tráfico negreiro internacional, a população escrava mineira da década de 1830 se sustentava, em parte, por meio da reprodução natural e que uma geração após o término do tráfico encontrava-se plenamente reprodutiva.

PALAVRAS-CHAVE

demografia escrava, mercado interno,
reprodução natural

ABSTRACT

Among the factors which influenced slave demography in Brazil perhaps the most important was the degree of involvement in the traditional colonial export economy. By the late eighteenth century, the Brazilian domestic market had consolidated and the corresponding productive activities demanded a considerable slave labor force. At different periods and in different regions slave populations largely engaged in the production of foodstuffs for domestic consumption proved capable of natural increase. Post gold rush Minas Gerais was the largest and most expressive region dedicated to the domestic market. Based on new evidence, it will be demonstrated that, despite the enormous pressures of the international slave trade, the *mineiro* slave population of the 1830s was partially sustained by way of natural increase and that a generation after the termination of the trade it was fully reproductively.

KEY WORDS

slave demography, domestic market, natural increase

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1970 os estudos sobre a escravidão no Brasil proliferaram-se. A despeito de certas análises que enfatizam a lógica historicamente uniforme de um modo de produção escravista colonial (GORENDER 1978), o que se destaca nestes estudos recentes é a enorme diversidade da experiência escrava no Brasil. Hoje reconhece-se que tanto as estratégias de dominação e mediação dos senhores de escravos, quanto as de resistência e acomodação por parte dos cativos, variavam consideravelmente ao longo do tempo e de região para região (CARDOSO, 1987; LARA, 1988; MATTOSO, 1988; MACHADO, 1988). Não mais é possível afirmar que o Estado sempre se manteve distante da relação senhor/escravo; ao menos houve tentativas de regular tal relação à medida que a regulamentação fizesse parte das políticas gerais elaboradas em Lisboa e, mais tarde, no Rio de Janeiro (GEBARA, 1986). O processo prolongado que conduziu à Abolição não pode ser considerado um jogo político exclusivamente branco, pois muitos dos envolvidos eram negros-forros e escravos (CONRAD, 1977; SCHWARCZ, 1987; MACHADO, 1994). Embora os engenhos de cana, as minas de ouro e de pedras preciosas e as fazendas de café fossem os esteios da economia escravista brasileira durante períodos mais ou menos distintos, não se pode mais ignorar a utilização do trabalho escravo em uma amplíssima gama de atividades que ia desde a pesca da baleia à produção de charque, a todos os tipos de ofícios e de prestação de serviços até ao próprio tráfico negreiro internacional (CARDOSO, 1977; KARASH, 1975; LIBBY, 1988; KLEIN, 1978).

Com efeito, parece que uma das mais importantes distinções que deve ser feita ao comparar sistemas escravistas regionais, ou mesmo microrregionais, diz respeito ao grau de envolvimento na produção destinada ao comércio de exportação. Especialmente a partir do século XVIII boa parte dos escravos no Brasil não trabalhava diretamente neste setor. Vastas regiões do País, algumas das quais possuindo consideráveis populações escravas, passaram a se especializar em produções destinadas ao crescente mercado interno, de modo que, ao chegar ao século XIX, havia uma espécie de dicotomia entre economias escravistas ligadas ao mercado internacional e aquelas dependentes do mercado nacional. Para as várias regiões tal distinção carrega importantes implicações em termos da experiência escrava, inclusive a experiência demográfica.

O presente artigo constitui mais um questionamento da noção convencional de que todas as regiões brasileiras e de outros sistemas escravistas do Novo Mundo, com a exceção do sul dos Estados Unidos, dependeram inteiramente do tráfico negreiro internacional para manter ou aumentar suas populações escravas (MÖRNER, 1981; HENRY & BALHANA, 1975). Os argumentos desenvolvidos se baseiam em dados relativos à população escrava da província

de Minas Gerais, a qual, ao perfazer entre 15% e 25% da população cativa brasileira do oitocentos, constituía o maior contingente mancipio provincial durante o Império. Como se verá adiante, apesar do tamanho de seu plantel as ligações de Minas Gerais com o setor exportador foram algo tênues. Desde o declínio da mineração aurífera, que se revelou irreversível a partir da década de 1760, a economia mineira havia evoluído na base da produção moderadamente comercial de gêneros alimentícios de primeira necessidade e da indústria caseira. À luz de dados da década de 1830, argumentar-se-á que esta transformação e o resultante distanciamento do setor de exportação tiveram um profundo impacto sobre a demografia escrava que, a despeito das continuadas importações de africanos até 1850, tendia em direção à reprodução natural. Novas evidências demonstram que a população escrava mineira alcançou uma taxa positiva de aumento natural uma geração após à extinção do tráfico negro internacional.

I. RECENTES ESTUDOS DA DEMOGRAFIA ESCRAVA NO BRASIL

Antes de focalizar o caso de Minas oitocentista, empreende-se um breve e seletivo exame de recentes trabalhos sobre a demografia escrava no Brasil. É gratificante constatar que os estudiosos da História Demográfica não hesitam em participar das tendências revisionistas que insistem em reexaminar a experiência escrava no Brasil. Não é mais possível aceitar que a manutenção e/ou o aumento de todas as populações escravas brasileiras dependiam apenas de injeções regulares de peças africanas mediante tráfico negro e nem que seria impossível ocorrer a reprodução natural devido às altas razões de sexo provocadas pelo tráfico e às dificuldades na formação de famílias inerentes à própria escravidão. Estudos recentes têm demonstrado, de maneira convincente, que durante períodos específicos e em determinadas regiões de uma forma ou outra marginalmente ligadas ao setor de exportação, as populações escravas foram caracterizadas por famílias estáveis e pelo crescimento natural, conjugado ou não à compra via o tráfico.

Um das primeiras sugestões relacionadas à diferenciação dos padrões demográficos encontra-se no monumental estudo da sociedade escravista da Bahia de Schwartz. Os achados do autor relativos à população escrava do Recôncavo — uma região dominada pela produção açucareira — colocam-se entre as mais sólidas evidências em favor da tese convencional de que certas populações escravas somente foram mantidas por meio de maciças ondas de importações da África. Com efeito, Schwartz estima que, de 1600 ao fim do período colonial, africanos compunham 70% da população escrava baiana (SCHWARTZ, 1985, p. 350). Não obstante, ao examinar as cifras do censo

da subcapitania de Sergipe para 1785, o autor chama atenção para o contraste marcante com relação à situação no Recôncavo:

“Nas áreas com ligações menos estreitas com a economia de exportação ou com menos acesso ao tráfico negreiro internacional, poderia esperar-se encontrar razões de sexo mais baixas, menos africanos, mais criolos e pardos e mais mulheres e crianças que na Bahia. De fato, estas são as condições que parecem ter existido em Sergipe de El-Rey, logo ao norte da Bahia. [O censo] revelou que nesta área, uma zona açucareira, porém fora do eixo principal do tráfico negreiro internacional, a razão de sexo era de 119, bem abaixo daquela do Recôncavo. Em grande medida, esta menor razão de sexo se deu em função da alta proporção de escravos nascidos no Brasil, na população como um todo. Africanos compunham apenas um terço da força escrava de Ribeira, enquanto constituíram cerca de 60% do total na Bahia, mesmo neste período de depressão.” (SCHWARTZ, 1985, p. 251-2)

Parece claro, portanto, que ao final do século XVIII a reprodução natural ao menos contribuía para a manutenção do plantel desta região isolada das principais rotas comerciais. A noção de Schwartz de que o grau de acesso ao tráfico negreiro internacional refletia-se na composição da população escrava comprova-se no caso de Paraná no século XIX, como se verá adiante.

Listas nominativas elaboradas por Companhias de Ordenança e datadas do início do século XIX servem como base para dois estudos recentes de municípios vizinhos do nordeste de São Paulo. Estas listas nominativas são documentos extremamente raros no contexto brasileiro, pois são organizadas por domicílios e grupos familiares, inclusive famílias escravas.

J. F. Motta analisa os padrões demográficos da população escrava de Bananal utilizando listas nominativas datadas de 1801, 1817 e 1829 (MOTTA, 1990). Situado a leste do Vale do Paraíba, Bananal ficava na rota de expansão da cafeicultura para o interior, a partir de suas origens na capitania do Rio de Janeiro. O município pode muito bem ter sido o primeiro de São Paulo a se dedicar à produção cafeeira em grande escala, cuja introdução teria se dado por volta de 1810. Anteriormente, no entanto, a economia de Bananal era baseada na produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade e no cultivo moderado e recém-introduzido de cana-de-açúcar. Dessa forma, o município não pode ser considerado como participante do mais “dinâmico” setor de exportação e nem se ligava diretamente a quaisquer das principais rotas do tráfico negreiro.

Na lista nominativa de 1801 há uma notável presença de famílias escravas: nada menos que 52% dos cativos participavam de relações familiares e deste grupo 39% eram filhos legítimos ou naturais. Já a lista nominativa de 1817

denuncia uma queda aguda para 33% de escravos residindo em agrupamentos familiares (dos quais menos de um quarto eram crianças). Naquela altura o café havia se estabelecido firmemente como o principal cultivo de exportação do município. A enorme entrada de escravos africanos, bem como de crioulos solteiros, resultou na diminuição do número de cativos vivendo em famílias. Mesmo assim, os dados da lista nominativa de 1829 demonstram que, a despeito da continuada importação de escravos em larga escala, a importância da família aumentou em cerca de dois pontos percentuais, enquanto a proporção de crianças residindo em famílias havia ultrapassado o nível de 1801 por um ponto percentual. Mais importante ainda, entre 1801 e 1829 os números absolutos, tanto de escravos vivendo em famílias quanto de crianças dentro delas, haviam dobrado. Como Motta corretamente aponta, tais cifras claramente indicam que a reprodução natural de uma parte da população escrava contribuiu para o aumento geral no número de cativos, embora em proporções menores que as entradas via tráfico. O autor também sugere que Bananal pode muito bem representar um exemplo dos padrões cíclicos delineados por Herbert Gutman para as populações escravas do sul dos Estados Unidos (GUTMAN, 1976). No caso de Bananal, os resultados de 1801 representariam a estabilidade e a reprodução ampliada do segundo ciclo de Gutman; os achados para 1817 são bastante similares à fase de Gutman, caracterizada pela dissolução dos plantéis - aqui provocada pela introdução da cafeicultura e a concentração de riqueza que acompanhava a mesma; e as cifras de 1829 sugerem que Bananal pudesse estar entrando na fase de (re)consolidação familiar parecida com o primeiro ciclo de Gutman.

O segundo estudo focaliza a família escrava no município vizinho de Lorena, e utiliza um conjunto de listas nominativas datadas apenas de 1801 (COSTA, SLENES & SCHWARTZ, 1987). Os autores consideram que o ano de 1801 representou o coroamento de um quarto de século de renovação econômica baseada na reintrodução, na região, da cana-de-açúcar, a qual teria complementado as tradicionais atividades agropastoris lá existentes. De novo prevaleciam ligações relativamente fracas com a economia de exportação e um acesso reduzido ao tráfico negreiro internacional.

Os resultados de Lorena são muitos parecidos com aqueles de Bananal. Em torno de 53% dos escravos do município residiam em agrupamentos familiares. Os autores empreendem uma análise detalhada de numerosas variáveis relacionadas à formação e composição de famílias. Entre os achados mais relevantes estão os que demonstram uma correlação positiva entre a magnitude das posses de escravos e a maior frequência de relações familiares, bem como o corolário de taxas de fecundidade mais altas para escravas pertencendo aos plantéis maiores. Deve-se notar aqui que o maior plantel encontrado na lista nominativa foi constituído por apenas 41 cativos e que, no geral, tanto a frequência de agrupamentos familiares quanto as taxas de

fecundidade tendiam a aumentar nas posses acima de cinco escravos. Na verdade, as posses classificadas pelos autores como grandes de 10 a 41 cativos teriam sido consideradas como médias nas áreas açucareiras mais tradicionais como Bahia ou a região de Campos no Rio de Janeiro. Também interessantes são os achados que apontam um grande número de mães solteiras entre as pequenas posses, bem como um alto índice das mesmas entre as mulheres escravas mais jovens em posses de todos os tamanhos. No primeiro caso fica a sugestão de que havia uma disponibilidade de parceiros sexuais fora dos plantéis, enquanto no segundo há indícios de que o sexo pré-nupcial era comum entre as mulheres escravas. O estudo de Gutman oferece paralelos para ambos os casos. Ainda mais pertinentes são os cálculos das taxas de crescimento da população escrava. Para os escravos pertencendo às posses pequenas ou médias (de um a dez cativos) a taxa anual era negativa (-0,2%), enquanto nas "grandes" posses a taxa era positiva (0,8%), resultando numa taxa geral ligeiramente positiva (0,3%). Modesta ou não, esta taxa geral indica que a reprodução natural efetivamente contribuía para o crescimento da população escrava, mesmo num período em que o tráfico negreiro internacional operava a pleno vapor. Ao mesmo tempo, os resultados de Lorena e Bananal apontam a família escrava como uma parte expressiva da experiência escrava no Brasil, não obstante a abundante literatura que insiste em negar a sua importância e prefere enfatizar os hábitos promíscuos que teriam prevalecido nas senzalas (FREYRE, 1964, p. 279-86; COSTA, 1966, p. 269-70; BASTIDE, 1971, vol. 1, p. 89).¹

Gutiérrez analisou a estrutura demográfica da população escrava do Paraná do alvorecer do século XIX até 1830 quando a região ainda fazia parte da capitania/província de São Paulo (GUTIÉRREZ, 1987, 1988). Esparsamente povoado durante a primeira metade do século, o Paraná dividia-se em duas regiões distintas geográfica e economicamente: uma agricultura de subsistência moderadamente comercializada predominava no litoral, enquanto o planalto era caracterizado por atividades pastoris. Embora a população escrava do Paraná fosse bem pequena, ela cresceu de 4.273 em 1798 para 6.260 em 1830. Ademais "*...a principal fonte deste crescimento não parece ter sido a importação de africanos*" O autor avança esta hipótese com base nos dados de listas nominativas para dois municípios que claramente distinguiram entre escravos nascidos no Brasil e aqueles de origem africana outra raridade para documentos censitários do setecentos e do oitocentos. Os resultados demonstram que, embora o período fosse marcado por uma intensificação fenomenal do fluxo de comércio negreiro para o Brasil, a proporção de africanos na população escrava não excedeu os 15% no Paraná. A lista

1. Outros estudos recentes sobre a família escrava são: BARCELAR & SCOTT, 1990; BOTELHO, 1994; GUERZONI & NETO, 1988; KNOX, 1990; LUNA, 1990; MATTOSO, 1988; METCALF, 1990, 1991, 1992; RAMOS, 1990, 1991; SAMARA, 1989a, 1989b; e SLENES, 1987, 1988.

nominativa de 1804 para o município interiorano de Castro indica que nada menos de 81% dos escravos crioulos haviam nascido naquele município ou em municípios vizinhos. A maior parte do restante do contingente crioulo vinha originalmente de São Paulo, embora alguns poucos fossem naturais do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Ao eliminar tanto o tráfico negreiro internacional quanto o incipiente tráfico inter-regional como fatores importantes no crescimento geral da população escrava, tal evidência claramente aponta a reprodução natural como a fonte de crescimento. Corroboração adicional para a hipótese de que a reprodução natural contribuía decisivamente para o aumento da população escrava encontra-se na alta proporção de escravos de 19 anos ou menos entre os cativos nascidos no Brasil. Estas crianças e adolescentes perfaziam nada menos que 55% dos crioulos. Outro resultado relevante é o que revela que dois terços das compras de cativos efetuadas em Antonina e Castro durante o período em tela foram realizadas por proprietários de não mais que quatro escravos, o que significa que foram basicamente os pequenos proprietários que recorriam ao tráfico para aumentar ou “reabastecer” seus plantéis. A implicação aqui é óbvia e parece corroborar algumas das conclusões de Costa, Slenes e Schwartz, delineadas acima. Os médios e grandes proprietários de escravos raramente tiveram necessidade de efetuar compras no mercado porque seus plantéis se reproduziam. Sobretudo, deve ter ficado claro que, em nível regional, fracas ligações com a monocultura de exportação podiam se associar a padrões demográficos distintos nos quais a reprodução desempenhou um papel importante.

II. A ECONOMIA ESCRAVISTA DE MINAS GERAIS: HIPÓTESES REVISIONISTAS

Qual, então, foi a natureza da economia mineira do século XIX e como teria afetado a demografia escrava? Até o final da década de 1970 havia consenso, entre historiadores, de que a economia de Minas no oitocentos foi caracterizada por uma estagnação secular que teve início no terceiro quartel do século XVIII quando a produção aurífera declinou vertiginosamente. De acordo com essa visão convencional, a razão de ser econômica havia deixado de existir e a região passou por uma prolongada fase de involução que resultou em uma regressão para uma economia baseada numa agropecuária de mera subsistência (FURTADO, 1967, p. 91-3). Na esteira deste raciocínio, também se pensava que o enorme plantel escravista que o ciclo do ouro havia legado às gerações seguintes teria gradualmente diminuído em função do desgaste natural, além de ter servido como uma importante fonte de mão-de-obra para a expansão da cafeicultura pelo Vale do Paraíba, por São Paulo e por uma reduzida área da própria província de Minas (COSTA, 1966, p. 42-6;

IGLÉSIAS, 1958, p. 130-1; CONRAD, 1977, p. 127-8). Por estas interpretações, Minas seguia um caminho histórico que iria fazer da região, quando muito, um sistema escravista marginal dentro do contexto nacional, excetuando parcialmente a pequena faixa cafeeira da Zona da Mata mineira.

Uma vez que material censitário datando do final do século XVIII estava disponível e que as cifras dele derivadas claramente indicavam que Minas continuou a possuir a maior população e o maior plantel mancipio de todas as unidades administrativas brasileiras (ALDEN, 1963),² é difícil compreender por que a tese de estagnação permaneceu intocada por tanto tempo. Afinal, como uma região tomada por atrofia econômica poderia sustentar um crescimento populacional prolongado, principalmente quando uma parte deste crescimento dependia de uma custosa migração forçada de escravos africanos?

Ao longo dos últimos quinze anos realizaram-se muitas pesquisas sobre a economia mineira do século XIX e os resultados indicam que, embora o sistema escravista mineiro não fosse o mais dinâmico do Brasil, ele definitivamente não foi vítima de uma estagnação secular ou de atrofia. Os trabalhos seminais representando as novas linhas de investigação são os de Amílcar e Roberto MARTINS (MARTINS FILHO & MARTINS, 1983). O argumento central da análise destes autores é de que o firme crescimento da população mineira ao longo do século XIX baseou-se em uma economia voltada para a agropecuária de subsistência, bem como para mercados regionais e locais.³ Com relação à população escrava, os Martins sugerem que, até o término do tráfico negreiro internacional em 1850, seu crescimento dependia de importações maciças, as quais teriam feito de Minas Gerais um dos mais importantes destinos de escravos africanos nas Américas durante o século XIX (MARTINS FILHO & MARTINS, 1983, p. 540). Os autores são convincentes quando argumentam que cativos mineiros apenas muito raramente foram vendidos para fora da província e que, de fato, o papel de

-
2. Ao analisar material censitário, datado de 1772 a 1778, o autor conclui que Minas respondia por um pouco mais de um quinto da população total da Colônia. Estima-se que a população mineira era de aproximadamente 320.000, a da Bahia 289.000, a do Pernambuco 240.000, e a do Rio de Janeiro 216.000. De todas as demais capitânicas, apenas a população de São Paulo ultrapassava os 100.000 habitantes (116.957). De acordo com um segundo autor (MARTINS, 1980, p. 169-79), a participação do plantel mineiro na população escrava total aumentou de 15,2% para 24,5% entre 1819 e 1872.
 3. Obviamente, os Martins não ignoram a penetração da cafeicultura numa pequena área da Região da Mata mineira, a qual, a partir da década de 1850, se tornou o pólo dinâmico da economia provincial. É com razão, porém, que os autores insistem que, em termos de absorção de mão-de-obra, as fazendas de café da Mata tiveram uma importância bastante limitada quando comparadas com o cultivo de gêneros de primeira necessidade e as atividades pastoris que caracterizaram o resto do vasto setor agrícola da província. Já a suposição deles de que as atividades extrativa e industrial também eram de importância reduzida não se sustenta, como se verá a seguir.

Minas no tráfico interprovincial foi de importador líquido, embora em escala bem menor que a das províncias vizinhas do Rio de Janeiro e São Paulo (MARTINS, 1980, p. 208-28). Além de refutar a tese de estagnação, a importância da contribuição dos Martins reside na sugestão de que um grande sistema escravista podia sustentar-se na base de uma economia orientada para o mercado interno, fora da tradicional economia de *plantation* (ou de mineração). Não obstante, como sugerem comentários subseqüentes (SLENES, 1983, p. 569-81; DEAN, 1983, p. 582-4; ENGERMAN & GENOVESE, 1983, p. 585-90), falta explicar como uma economia carregada pelo peso de um enorme setor de subsistência conseguia gerar divisas suficientes para dar conta das maciças importações de escravos.

Na continuação do debate com os Martins, Robert Slenes procurou desvendar este paradoxo, apontando para certos setores mais dinâmicos da economia mineira que, de fato, se ligavam, direta e indiretamente, à economia de exportação brasileira (SLENES, 1985). Especificamente, o autor realça a renovada extração diamantífera que, entre as décadas de 1830 e 1860, atraiu numerosos garimpeiros e seus respectivos escravos; a introdução do cultivo de café no extremo sudeste da província a partir da década de 1830; e a continuidade da mineração aurífera cujo declínio, para Slenes, não teria sido tão dramático quanto se convencionava imaginar. Estes setores tiveram um efeito duplamente positivo sobre a economia mineira: em primeiro lugar, geraram divisas, pois eram diretamente vinculados à economia de exportação e, em segundo lugar, com seu consumo estimulavam o setor de agricultura comercial. Devido a seu tamanho, é este último setor que Slenes considera como o mais importante dos segmentos dinâmicos da economia. A agricultura comercial baseou-se principalmente em unidades escravistas dedicadas ao cultivo de gêneros alimentícios, à criação bovina e à produção de laticínios. Estas unidades produziam excedentes comercializáveis cujo volume provavelmente aumentava em proporção direta com o tamanho do plantel mancipio.

No caso, as ligações com a economia de exportação eram indiretas, porém não limitadas às relações de troca com os setores de exportação mineiros. Grandes extensões de Minas foram povoadas originariamente com base na agropecuária comercial, que tinham os centros mineradores como o mercado principal. Como parte da acomodação geral ao declínio das atividades de mineração e a redução da demanda comercial, regiões como o Sul de Minas e o chamado Oeste Mineiro procuraram e encontraram novos mercados no litoral, especialmente a cidade do Rio de Janeiro, que passava por um crescimento rápido. Caio Prado Júnior apontou esta área como o único exemplo de uma economia escravista totalmente dedicada à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade do Brasil colonial (PRADO JÚNIOR, 1976, p. 197-203). Esta agricultura de subsistência e a pecuária foram enormemente

estimuladas pela chegada da Corte ao Rio de Janeiro em 1808, numa época em que tais atividades se encontravam espalhadas por quase todo o vasto território mineiro, inclusive um número não desprezível de antigas áreas de mineração (LENHARO, 1979). Finalmente, o rápido desenvolvimento da cafeicultura no Vale do Paraíba, a partir da década de 1830, ofereceu à agricultura e à pecuária mineiras um mercado em constante expansão. Como diria Slenes, os efeitos multiplicadores destas ligações diretas e indiretas com a economia de exportação asseguraram a sobrevivência e o crescimento do sistema escravista em Minas.

Ainda assim, parece bastante curioso que tal economia escravista híbrida fosse capaz de gerar rendas suficientes para financiar maciças importações de escravos, bem como as demais importações normalmente associadas a um sistema escravista “típico”. Em outras palavras, como foi possível a Minas bancar a importação, tanto de escravos, quanto dos tecidos, do ferro e das ferramentas, e também dos bens de luxo que compuseram a pauta de importação de economias escravistas?

Em parte, a resposta fica por conta da capacidade de Minas para produzir uma boa parte das suas necessidades de bens manufaturados, proeza esta que talvez tenha permitido a concentração das preciosas divisas na essencial compra de escravos. Como demonstra um estudo recente, a província era quase auto-suficiente em ferro e derivados graças às numerosas fundições de pequena escala e às tendas de ferramenteiro que haviam começado a proliferar nas primeiras décadas do século XIX. Ao mesmo tempo, a indústria têxtil doméstica, com suas origens no século XVIII, tornou-se uma verdadeira proto-indústria na primeira metade do oitocentos e empregava dezenas de milhares de mulheres mineiras, tanto livres quanto escravas. Além de suprir boa parte da demanda provincial, o grosso “pano mineiro” foi largamente utilizado na confecção do vestuário escravo em muitas regiões brasileiras (LIBBY, 1988, capítulos 3 e 4). A amplitude e difusão desta proto-industrialização constituem aspectos importantes da economia escravista alternativa de Minas. As oportunidades de emprego na indústria têxtil doméstica e na de ferro certamente desempenharam um papel na sedimentação de amplos segmentos da população, freqüentemente contribuindo com rendas adicionais para domicílios também engajados na agricultura comercial. Ao mesmo tempo é preciso reconhecer que os frutos dessas atividades domésticas indiretamente liberavam créditos mercantis que podiam ser usados na compra de trabalhadores africanos.

Permanece, no entanto, a seguinte indagação: as importações de africanos em grande escala e a reprodução natural teriam sido, necessariamente, mutuamente exclusivas como querem tantos estudiosos da escravidão? O caso de Bananal com certeza sugere o oposto e há outros exemplos na história da

escravidão no Novo Mundo (ELBEN, 1974; HIGMAN, 1976, p. 133-8; MENARD, 1975). Que Minas participou ativamente no tráfico negreiro internacional é inegável, como se verá na análise de listas nominativas empreendida à frente. Com efeito, não podia ser de outra forma. A abertura dos portos brasileiros à navegação estrangeira em 1808, aliada à extinção do tráfico negreiro britânico e norte-americano, resultou numa verdadeira enxurrada de desembarques de escravos nos anos seguintes (KLEIN, 1978, p. 51-94). Ademais, o período de “ilegalidade” do tráfico negreiro internacional de 1831 até seu efetivo término em 1850 apenas serviu para aumentar ainda mais o volume de entrada dos africanos (CONRAD, 1985, p. 42-3). O Rio de Janeiro havia se tornado o principal porto de desembarque para o tráfico negreiro durante o século XVIII em função de sua proximidade com os distritos auríferos de Minas. A cidade manteve esta dúbia preeminência até 1850 e sabe-se que as tradicionais ligações com os mercados mineiros asseguraram um fluxo contínuo de africanos para Minas (FRAGOSO, 1992, p. 144-6). Há indícios de que a situação tendia a provocar uma superoferta de escravos e que os preços ou caíram ou se mantiveram estáveis por longos períodos. Nestas circunstâncias, é provável que os traficantes negreiros se dispusessem a facilitar as compras por vários meios (descontos, compras a prestações ou mesmo a troca por outras mercadorias). Infelizmente, ainda se sabe muito pouco sobre o funcionamento das casas mercantis especializadas na distribuição da mercadoria escrava no mercado brasileiro, mas é óbvio que Minas conseguiu se aproveitar dessas condições favoráveis.

O que ainda não se sabe é se, nas últimas quatro décadas do tráfico negreiro, os padrões de entradas de africanos nas Minas, prevalecentes durante as quatro décadas anteriores, teriam apresentado mudança significativa. Este período anterior foi crucial para a transformação e acomodação da economia mineira de sua base mineradora para as atividades diversificadas descritas acima. Foi também um período no qual a capacidade de importar da região é geralmente reconhecida como tendo alcançado seu ponto historicamente mais baixo (LUNA & COSTA, 1982, p. 22-3; MAXWELL, 1973, p. 128-9). O fluxo de escravos para Minas deve ter ficado bastante reduzido durante as últimas décadas do século XVIII e a primeira década do XIX. Se esta hipótese é correta, significaria que a população escrava experimentou um hiato de quase duas gerações durante o qual as influências “negativas” do tráfico negreiro internacional ficaram bastante diminuídas. Neste caso, avanços em direção à reprodução natural deveriam ter ocorrido e teriam conseqüências importantes quando do novo aumento do volume de entradas de africanos. Uma grande e relativamente estável população crioula estaria se reproduzindo e, até um certo ponto, poderia ter absorvido uma parcela do novo contingente africano nos seus padrões de reprodução ou, ao menos, ter resistido à “investida” dos recém-chegados.

Sem dúvida o perfil da economia mineira do oitocentos justifica tal hipótese. A grande diversidade das atividades econômicas e a relativa auto-suficiência provincial em relação às necessidades de importação desenham um quadro de notável estabilidade social e econômica ou de sedimentação (*settledness*) para tomar de empréstimo um termo de Higman (HIGMAN, 1976, p. 134-8). O lento ritmo da vida econômica foi caracterizado, sobretudo, pela ausência dos ciclos de expansão e contração tão característicos da economia de *plantation*, assim criando uma sociedade escravista única, atipicamente ligada ao setor de exportação e incomumente bem-sucedida na exploração das oportunidades oferecidas pelo mercado interno. A combinação complementar de atividades comerciais agropastoris com indústrias domésticas sugere um ambiente de equilíbrio e enraizamento que deveria ter sido propício à reprodução natural da população escrava, não obstante as dificuldades apresentadas pelo tráfico negreiro internacional. Os comentários de viajantes estrangeiros ao descrever a abundância da comida servida durante seus percursos por Minas são indicativos de uma prosperidade simples na qual os excedentes não comercializáveis ou seriam consumidos ou acabariam estragando (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 96-7; BURMEISTER, 1952, p. 253; BURTON, 1869, vol. 1, p. 104-5; WELLS, 1887, vol. 1, p. 186). Por que razão os escravos teriam sido excluídos desta prosperidade?⁴

III. EVIDÊNCIAS DA REPRODUÇÃO NATURAL DA POPULAÇÃO ESCRAVA DE MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX

Apenas recentemente os historiadores começaram a examinar sistematicamente o material censitário que se encontra no Arquivo Público Mineiro. De longe, a mais importante coleção individual é a constituída de listas nominativas distritais, datando de 1831 e 1832, que resultaram de uma tentativa de realizar um censo de toda a província. Ao que parece, as listas cobrem aproximadamente quatro quintos da população provincial estimada, ou seja, cerca de 450.000 indivíduos. As informações arroladas incluem a idade, sexo e estado conjugal de cada indivíduo e são arranjadas por fogo ou domicílio o que permite uma reconstituição das posses de escravos. Num possível reflexo da convenção social da época, a categoria referente à cor

4. A chamada brecha camponesa infelizmente continua sendo um tema quase inexplorado pela historiografia mineira. Seria interessante saber até que ponto os escravos produziam para si, especialmente para as suas famílias. De qualquer forma, o ambiente descrito aqui vai de encontro às sugestões contidas num trabalho pioneiro que primeiro acenou com a possibilidade da reprodução natural da escravaria mineira (LUNA & CANO, 1983).

("qualidade") sistematicamente distinguia entre os escravos crioulos e africanos ("preto" ou, mais raramente, "africano"), permitindo assim a enumeração de cada elemento na população como um todo. As referências às ocupações individuais não foram uniformemente arroladas e constituem um problema analítico bem complexo. Para os fins do presente trabalho,⁵ no entanto, esta categoria pode ser ignorada sem maiores prejuízos. Selecionaram-se algumas destas listas nominativas para a análise da demografia escrava em Minas Gerais durante a década de 1830.

A Lei Rio Branco ou do Ventre Livre, que declarou a liberdade condicional de todas as crianças nascidas de mães escravas a partir de 27 de setembro de 1871, parece ter conduzido à "liberação" paralela de quase todas as crianças pequenas para os efeitos do recenseamento nacional empreendido de meados de 1872 ao início de 1874. Assim, o resultante *Recenseamento de 1872* é praticamente inútil para a análise da estrutura etária da população escrava brasileira.⁶ A mesma lei, regulamentada pouco mais de um ano após sua aprovação pelo legislativo, requeria o registro oficial de todos os escravos para uso do Fundo de Emancipação, também criado pela lei. Comissões municipais foram incumbidas da tarefa de classificar os escravos de acordo com sua qualificação para liberação. A lei estabeleceu uma hierarquia de categorias: na primeira ordem estavam as famílias em particular os casais cujos membros pertenciam a senhores diferentes. Nas ordens seguintes estavam, sucessivamente, os pais de ingênuos (crianças nascidas livres de acordo com a própria lei), os ingênuos e as crianças escravas. Quaisquer registros, chamados de Matrículas de Escravos, que sobrevivessem para a posteridade, portanto, incluiriam informações relativas à idade, ao sexo e ao estado conjugal individuais, bem como às relações familiares, às ocupações e aos nomes dos respectivos proprietários. Ademais, dada a importância das crianças - livres e escravas - para o esquema emancipatório, elas seriam cuidadosamente arroladas, embora não lhes fossem atribuídas inscrições individuais nas matrículas.⁷ Como se sabe, devido a políticas elaboradas nos anos iniciais da República visando inviabilizar eventuais demandas de indenização por parte dos ex-proprietários de

-
5. As listas nominativas encontram-se em: Arquivo Público Mineiro, "Mappas de população", 1831-1832, manuscrito; e Arquivo Mineiro Público, Seção Provincial, PP 1/10, manuscrito. Para uma discussão das listas ver PAIVA & ARNAUT (1990, p. 85-106).
 6. De fato, o Recenseamento para Minas foi realizado em 1873 e para São Paulo em 1874. Para uma discussão dos problemas apresentados pelo Recenseamento ver PAIVA & MARTINS (1983, p. 150-63).
 7. Embora os ingênuos fossem meticulosamente registrados, o sexo e idade deles nem sempre foram incluídos. Tais omissões fizeram necessário o uso de estratégias de mensuração pouco convencionais, como se verá a seguir.

escravos, boa parte da documentação, inclusive muitas das matrículas municipais, foi deliberadamente destruída. Por alguma razão as matrículas de quatro municípios mineiros escaparam da fúria republicana e fazem parte do acervo do Arquivo Público Mineiro.⁸ Estas matrículas permitiram realizar uma análise detalhada da estrutura etária escrava e da distribuição da propriedade escravas. Também contêm valiosas informações sobre a importância da organização familiar entre os escravos mineiros. Com efeito, as matrículas estão entre as fontes mais ricas para o estudo da demografia escrava no período após o término do tráfico negreiro internacional, encontradas até hoje.

Dos municípios para os quais as matrículas sobreviveram, três se localizavam no centro-oeste da província, isto é, o Oeste Mineiro, enquanto o quarto constituía a vasta e esparsamente povoada região noroeste conhecida pela denominação do município: Paracatu. Os municípios do Oeste Mineiro Santo Antônio do Monte, Patos e Dores da Marmelada eram bem representativos da economia diversificada voltada para o mercado interno que, como já se sinalizou, caracterizava boa parte das Minas Gerais no oitocentos.⁹ É provável que a agricultura de Paracatu tenha sido menos comercializada que a dos outros municípios devido a seu isolamento com relação aos mercados, mas desde 1809 a região já enviava boiadas para a cidade do Rio de Janeiro (LENHARO, 1979, p. 90) e as listas nominativas de 1831-1832 indicam que tanto lá quanto no Oeste Mineiro a indústria têxtil doméstica era florescente (LIBBY, 1988, p. 196-203).

Para efetuar uma comparação entre os dados das matrículas (três das quais datam de 1873 e uma de 1875) e os das listas nominativas foram escolhidas treze destas, todas originando de distritos localizados nas regiões descritas acima. O resultado é uma afinidade geográfica aproximada, uma vez que as populações distritais não necessariamente coincidem com as arroladas nas matrículas.

A Tabela 1 demonstra o peso da população escrava mineira no contexto nacional. Em 1819 os cativos mineiros representavam 15,2% da população escrava brasileira, enquanto em 1872 esta proporção alcançava 24,5%.

-
8. Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, Secretaria do Governo, Códices 70, 80, 82, 83, 1873-1875, manuscrito.
 9. A denominação "Dores da Marmelada", por exemplo, muito provavelmente indica a importância da produção e comercialização de frutas em conserva. De acordo com um observador britânico que escrevia na década de 1830, no ano fiscal de 1827-1828 Minas exportou nada menos que 569.488 libras de marmelada (STURZ, 1837, p. 111).

Durante todo o século XIX o plantel mineiro sempre figurou entre as maiores populações mancípvas regionais do Brasil (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, 1990).¹⁰

TABELA 1
POPULAÇÃO DO BRASIL E DE MINAS GERAIS: 1819, 1872

| Ano | Brasil | | Minas Gerais | | MG/Brasil % |
|------|-----------|-----------|--------------|-----------|----------------|
| | Total | % Escrava | Total | % Escrava | |
| 1819 | 3.596.132 | 30.8 | 631.885 | 26.7 | 15.2 |
| 1872 | 9.930.478 | 15.2 | 2.039.735 | 18.1 | 24.5 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Estatísticas Históricas do Brasil. Séries econômicas, demográficas e sociais, 1550 a 1988 (Rio de Janeiro, 2ª ed. 1990, p. 32, Tabela 1.4).

Consideramos agora algumas características demográficas da população escrava de Minas Gerais num momento de aproximadamente duas décadas antes do término do tráfico negreiro internacional para o Brasil. Uma análise preliminar dos dados de 1831-1832 (PAIVA *et alli*, 1990) demonstra que a proporção de escravos na população total era relativamente homogênea entre os distritos ou os agrupamentos municipais de distritos. Os cativos geralmente representavam um terço da população total.¹¹ As listas nominativas revelam uma presença significativa de africanos na população escrava. Tal presença não surpreende, uma vez que a década anterior testemunhou os maiores desembarques na história do tráfico negreiro para o centro sul do Brasil (a melhor estimativa é de que o número de escravos importados era de 296.000, volume este ultrapassado, e mesmo assim por pouco, apenas na famigerada década de 1840) (ELTIS, 1987, p. 243-4). Embora pouco se saiba sobre a distribuição de escravos após o desembarque no Rio e os portos circunvizinhos, não há dúvida de que Minas constituía um dos mais importantes mercados para os recém-chegados africanos. No entanto, estes cativos africanos não foram distribuídos uniformemente pelas regiões mineiras; em algumas localidades o elemento africano mal representava 25% da população escrava, enquanto em outras os africanos eram mais de 55% do total de cativos. Convém lembrar que os escravos denominados de “pretos” foram incluídos no

10. Em todos os censos estimados disponíveis, datados desde o último quartel do século XVIII, a população mineira era a maior dentre as unidades administrativas. Quando os escravos eram arrolados separadamente, normalmente Minas possuía o maior número de cativos. Às vezes ficava em segundo lugar, provavelmente devido a erros de estimação.

11. Para os efeitos de comparação, os escravos representavam pouco mais que 10% da população total da província de São Paulo em 1829 (LUNA & KLEIN, 1991). No Paraná os cativos eram 17% da população total em 1830 (COSTA & GUTIÉRREZ, 1985, p. 156).

agrupamento de africanos, um procedimento que talvez ocasionalmente tenha enviesado os resultados.¹²

Ao mesmo tempo, os dados de 1831-1832 claramente demonstram a presença de um grande número de crianças de dez anos ou menos na população escrava total. Embora, no geral, em todos os distritos o número de escravos homens sempre fosse superior ao de mulheres escravas, tal desequilíbrio se restringia às faixas etárias acima de dez anos de idade. Na faixa de idade de até nove anos as razões de sexo ficavam em torno de 100 e em certos distritos o número de meninas superava o de meninos.

As listas nominativas parecem incluir aproximadamente 80% da população provincial total, e assim é possível demonstrar as dimensões relativas das amostras regionais aqui utilizadas. A presença de cativos na população total das duas regiões era de pouco menos de 30%, ou seja, ligeiramente abaixo da média provincial. Ao mesmo tempo, as razões de sexo calculadas para a população escrava foram consideravelmente menores que aquelas encontradas para regiões caracterizadas pela agricultura de exportação.¹³ Tal evidência sugere que a influência do tráfico negreiro internacional sobre estas regiões mineiras foi bem menos intensa que nas áreas de produção cafeeira do Vale do Paraíba ou nos canaviais do Recôncavo Baiano.

O achado mais notável apresentado na Tabela 2, porém, refere-se às proporções de escravos de até 14 anos de idade na população mancípua total (30,7-32,3%). Embora não seja possível determinar se estas crianças nasceram de uniões entre crioulos, africanos ou crioulos e africanos, tais proporções são indicativas de padrões de reprodução que estariam ao menos contribuindo para a manutenção da população escrava como um todo. Embora a falta de dados relativos a períodos anteriores não permita que se chegue a conclusões definitivas, ainda permanece a sugestão de que estas populações escravas teriam passado por uma fase na qual a influência das migrações africanas era muito reduzida.

-
12. Em mais de 85% dos casos foi possível confirmar a origem africana destes "pretos" porque seus nomes incluíam denominações africanas - João Angola, Maria Conga, Antônio Cabinda etc. É muito provável que "preto" constituísse uma denominação mineira para o escravo africano em oposição ao escravo crioulo. Ademais, a estrutura etária das populações compostas de indivíduos denominados como africanos e pretos, respectivamente, eram quase idênticas na concentração marcante nos grupos etários entre 15 e 60 anos de idade, em franco contraste com as pirâmides de base alargada da população escrava de origem brasileira. Não obstante, é possível que um ocasional escravo nascido no Brasil tenha, por uma razão ou outra, constado como "preto".
 13. A razão de sexo média para os engenhos de cana na Bahia entre 1710 e 1827, por exemplo, foi de 199 (SCHWARTZ, 1985, p. 348).

TABELA 2
A POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA: MINAS GERAIS,
PARACATU E OESTE MINEIRO - 1831-1832

| | Paracatu | Oeste Mineiro | Minas Gerais |
|---------------|----------|---------------|--------------|
| | | (Livre) | |
| Total Livre | 11.765 | 5.614 | 416.415 |
| Razão de sexo | 107.1 | 97.6 | 97.3 |
| % 0-14 anos | 45.2 | 43.1 | 40.4 |
| | | (Escrava) | |
| Total Escrava | 4.698 | 2.467 | 208.224 |
| Razão de sexo | 149.4 | 152.5 | 141.8 |
| % 0-14 anos | 32.3 | 30.7 | 29.6 |

Fontes: Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, Mappas de População, Pasta 3, Docs 1-3; Pasta 5, Docs 24, 25, 32, 33; Pasta 9, Docs 1-4, 6. Para Minas Gerais, Maria do Carmo S. Martins, "Revisando a Província", *Anais do V Seminário sobre a Economia Mineira*, CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1990.

O exame mais detalhado das listas nominativas, apresentado na Figura 1, permite uma análise mais completa dos padrões demográficos que apontam para a importância da reprodução natural.¹⁴ Ao focalizar o grupo etário de 0 a 14 anos de idade, por exemplo, constata-se que os africanos representaram uma pequena fração das crianças de 0 a 9 anos (2,8%). O peso das importações se fez sentir quase exclusivamente entre as crianças na faixa etária de 10 a 14 anos, na qual os africanos representaram 25,8% dos jovens escravos. Dessa forma, quando se fala de crianças está-se lidando com um grupo de esmagadora origem brasileira, embora, infelizmente, a origem dos pais permaneça desconhecida. Quanto à presença africana na população total, como notado anteriormente, as cifras para Minas contrastam marcadamente com as proporções encontradas para regiões exportadoras. Nestas os africanos geralmente representavam mais que dois terços de todos os cativos (SCHWARTZ, 1985, p. 350), enquanto que as listas nominativas das regiões de Paracatu e Oeste Mineiro demonstram que o elemento africano constituía 40,3% da população escrava, mesmo num período no qual as pressões do tráfico negreiro internacional eram enormes, especialmente na região Centro-Sul do Brasil (CURTIN, 1969, p. 69; ELTIS, 1987, p. 244).

Além do equilíbrio marcante entre os sexos em todas as faixas etárias da população crioula, as listas nominativas revelam que a proporção de mulheres escravas em idade fecunda era considerável. Estas mães em potencial representavam 58,5% da população escrava feminina. Ademais, a razão

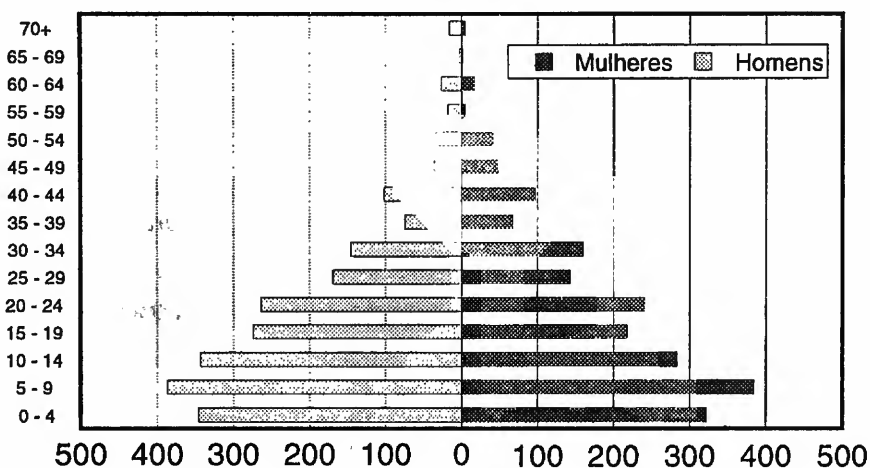
14. Para um detalhamento dos dados ver uma versão anterior deste artigo (PAIVA & LIBBY, 1992).

criança/mulher (razão: 0-9/15-49) para a população escrava das regiões Oeste Mineiro/Paracatu era 894.¹⁵ Esta razão é consideravelmente mais alta que a encontrada para uma amostra da população mancipua de São Paulo, onde o valor era de 560 em 1829 (LUNA & KLEIN, 1991).

FIGURA 1

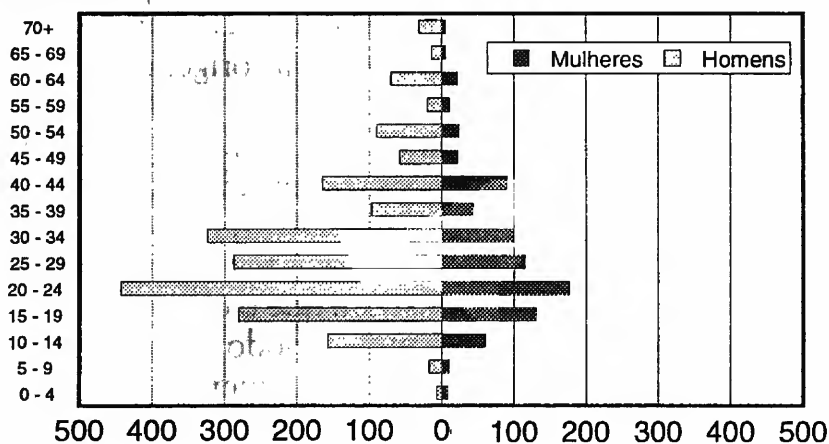
NACIONAIS

Grupos Etários



AFRICANOS

Grupos Etários



15. Infelizmente, as idades precisas de crianças com menos de 10 anos não foram registradas em algumas das matrículas e, portanto, não foi possível calcular uma razão criança/mulher de 0-4/15-49 para os dados da década de 1870. Para efeitos de comparação, a razão criança/mulher de 1831-1832 foi calculada na base de 0-9/15-49. Neste período anterior a razão criança/mulher de 0-4/15-49 foi de 412,7.

O resultado destes fatores foi uma estrutura etária na qual a presença de crianças foi nada desprezível. Mesmo quando os africanos são incluídos no total, as crianças na faixa etária de 0 a 9 anos de idade representavam 20,7% de todos os cativos. Que a reprodução natural desempenhava um papel significativo na demografia escrava regional parece bastante claro na Figura 1. É preciso avançar mais nestas pesquisas para procurar determinar as contribuições relativas dos padrões de reprodução crioulos e africanos, bem como saber quais eram as influências dos senhores proprietários sobre a constituição de famílias escravas.

Como se viu na discussão anterior sobre a literatura recente no campo da demografia escrava brasileira, o tamanho das posses é freqüentemente considerado como tendo influenciado os padrões de reprodução. O consenso geral é que, em função das maiores oportunidades para o acasalamento, as posses médias e grandes¹⁶ eram mais favoráveis à reprodução positiva, especialmente porque evidências relativas ao casamento e ao acasalamento entre escravos pertencentes a proprietários diferentes têm sido bem esparsas até aqui. Deve-se notar, no entanto, que a literatura relevante não tem considerado o fato de que, inversamente, a reprodução influenciava o tamanho das posses. De qualquer forma, dada a ênfase atribuída a estes argumentos baseados no tamanho das posses, desenvolveu-se uma análise similar para a amostra das regiões Oeste Mineiro e Paracatu. Os resultados são um tanto quanto surpreendentes.

TABELA 3
ESCRAVOS, PROPRIETÁRIOS E TAMANHO DE POSSES:
PARACATU E OESTE MINEIRO, 1831-32 e 1873-75

| Tamanho de posse | % Proprietários | | % Escravos | |
|------------------|-----------------|---------|------------|---------|
| | 1831-32 | 1873-75 | 1831-32 | 1873-75 |
| 1-4 | 64.7 | 75.4 | 26.6 | 39.1 |
| 4-9 | 22.0 | 17.5 | 29.2 | 31.0 |
| 10-19 | 10.9 | 5.9 | 28.2 | 20.3 |
| 20-29 | 1.2 | 1.0 | 5.9 | 6.0 |
| 30+ | 1.2 | 0.3 | 10.1 | 3.6 |
| N | 1.435 | 1.566 | 7.162 | 5.711 |

Fontes: Tabela 2 e para 1873-75, Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, Secretaria de Governo, Códices 79, 80, 82 e 83.

16. Estas definições variam consideravelmente, mas para a presente análise podem ser consideradas como posses médias aquelas contendo entre 10 e 29 escravos e como posses grandes aquelas compostas por 30 ou mais cativos. Deve-se notar que nas posses realmente grandes correspondendo aos engenhos e às plantations de café - a possibilidade de reprodução natural era reduzida devido aos grandes números de africanos até 1860 e, mais tarde, ao desequilíbrio sexual entre os escravos importados mediante o tráfico interprovincial.

A Tabela 3 apresenta a distribuição da propriedade de escravos para as regiões do Oeste Mineiro e Paracatu baseada nas listas nominativas de 1831-32 e nas matrículas municipais de 1873-75. Ao contrário do que se poderia esperar para uma sociedade escravista típica, a participação das pequenas posses no total de propriedades era bastante alta para ambos os períodos. De fato, a participação dos proprietários de um a quatro escravos na escravaria regional total aumentou de pouco mais de um quarto na década de 1830 para quase dois quintos na década de 1870. As listas nominativas demonstram que 57,4% dos escravos residiam em unidades com 5 a 19 cativos, um resultado que parece ir de encontro à diversidade econômica e à orientação para o mercado interno, já discutidas. Dado que, com o passar das décadas, esta atípica economia escravista tendeu a se consolidar, seria razoável esperar que a população escrava ficasse cada vez mais concentrada nas posses de tamanho médio, provavelmente à custa das grandes e pequenas posses. A participação das posses de 30 ou mais escravos, de fato, diminuiu drasticamente durante o período em tela, mas a participação dos pequenos proprietários aumentou consideravelmente, enquanto a das posses médias caiu moderadamente (51,3% em 1873-1875). O que parece ter ocorrido foi uma fragmentação que beneficiou os pequenos proprietários de escravos.¹⁷ Se os argumentos desenvolvidos por Costa, Slenes e Schwartz e por Gutiérrez são válidos para outros períodos e outras regiões do Brasil, as mudanças na distribuição da propriedade em escravos nas regiões Oeste Mineiro e Paracatu deveriam ter desfavorecido a reprodução natural da população escrava. Este, no entanto, não parece ter sido o caso.

17. Na verdade, a mais difícil das operações realizadas na manipulação das matrículas de escravos foi a reconstituição de posses individuais. Uma vez que os escravos eram registrados de acordo com sua classificação, cativos pertencentes ao mesmo senhor poderiam ficar dispersos pelas matrículas. Estes documentos são manuscritos e obviamente foram elaborados por grupos de pessoas, provavelmente os membros das juntas de emancipação. A total ausência de uniformidade nas anotações dos nomes de proprietários provavelmente faz com que nossa compilação seja imperfeita e, portanto, o peso das pequenas posses talvez seja um pouco exagerado. Não obstante, é perfeitamente claro que a participação dos pequenos proprietários havia aumentado consideravelmente.

TABELA 4
DISTRIBUIÇÃO POR FAIXAS ETÁRIAS DA POPULAÇÃO
ES CRAVA, POR TAMANHO DE POSSES: PARACATU E OESTE
MINEIRO, 1831-31 E 1873-75

| Tamanho de posse | 1831-32 (n = 7.162) | | | 1873-75 (n = 5.711) | | |
|------------------|---------------------|-------------|----------|---------------------|-------------|----------|
| | Idade | | | Idade | | |
| | 0-14(%) | 15-49(%) | 50+(%) | 0-14(%) | 15-49(%) | 50+(%) |
| 1-4 | 512(26,8) | 1.250(65,6) | 144(7,6) | 612(27,5) | 1.443(64,7) | 173(7,8) |
| 5-9 | 666(31,8) | 1.305(62,6) | 118(5,6) | 649(36,6) | 1.014(57,1) | 112(6,3) |
| 10-19 | 607(34,5) | 1.197(59,2) | 127(6,3) | 413(36,6) | 669(57,8) | 76(6,6) |
| 20-29 | 165(39,3) | 239(56,9) | 16(3,8) | 122(35,5) | 194(56,4) | 28(8,1) |
| 30+ | 285(39,2) | 385(53,0) | 56(7,8) | 65(31,5) | 121(58,8) | 20(9,7) |

Fonte: Tabela 3.

A Tabela 4 apresenta a distribuição, por faixas etárias, da população escrava de acordo com o tamanho das posses as quais pertenciam, baseada nas listas nominativas de 1831-1832 e nas matrículas de 1873-1875. Como seria de esperar, uma vez que retratam uma sociedade escravista ainda influenciada pelo tráfico negreiro internacional, os dados da década de 1830 revelam que a maior parte da população escrava se concentrava na faixa mais plenamente produtiva de 15 a 49 anos de idade. Obviamente, isto resultou da predominância de africanos, especialmente dos homens, neste grupo. O peso destes trabalhadores adultos, porém, não foi distribuído uniformemente entre os vários tamanhos de posses. Nas posses pequenas eles representavam 65,6% de todos os cativos e esta porcentagem diminuía de maneira regular para 53,0% nas grandes posses (30 ou mais escravos). Tal resultado pode muito bem indicar que, tal como Gutiérrez aponta para o Paraná, os pequenos proprietários tiveram de recorrer a compras no mercado para manter ou aumentar suas posses, enquanto os proprietários de cinco ou mais escravos tiveram mais condições de se aproveitar dos "benefícios" da reprodução positiva.

Dado que há um certo consenso de que as taxas de alforria entre escravos idosos e desgastados teriam sido bastante altas, é curioso que cerca de 6,4% da população escrava tenha alcançado a idade de 50 ou mais anos. Nas posses de um a quatro cativos, 7,6% dos escravos estavam acima de 50 anos, proporção esta ligeiramente superada pelos 7,7% encontrados nas maiores posses.

A faixa etária de maior interesse no momento, é claro, é aquela que se refere às crianças (0 a 14). Como seria de esperar, os dados da década de 1830 revelam que a proporção de crianças entre os cativos aumentava em relação

direta com o tamanho das posses. Assim, as crianças de 0 a 14 anos de idade representavam 26,8% dos escravos nas posses de 1 a 4 cativos, 31,8% nas posses de 5 a 9, 34,5% nas de 10 a 19 e 39,3% nas posses de 20 ou mais cativos. Ao mesmo tempo que estes resultados tendem a corroborar a noção de que a probabilidade de crescimento reprodutivo era maior nas posses médias e grandes, eles parecem ainda sugerir que tais tendências eram consideravelmente mais fortes nas posses de 20 ou mais escravos.

Os dados das matrículas de 1873-1875, apresentados no painel à direita da Tabela 4, revelam importantes mudanças na estrutura etária quando cruzada com as divisões por tamanho de posse. A participação relativa dos trabalhadores adultos (de 15 a 49 anos de idade) na população escrava total reduziu desde 1831-32, para todas as categorias de posses, com exceção daquela de 1 a 4 escravos. Os adultos em idades produtivas representavam 64,7% de todos os escravos nas posses de 1 a 4 cativos, 57,7% nas posses de 5 a 9, 57,8% nas posses de 10 a 19, 56,4% nas posses de 20 a 29 e 58,7% nas posses de 30 ou mais escravos.

Na década de 1870 a participação de escravos de 50 anos ou mais na população havia aumentado para 7,2%. Nas posses de 30 ou mais cativos, 9,7% dos escravos haviam alcançado 50 ou mais anos de idade, enquanto nas posses menores esta faixa etária representava 7,8% da escravaria. Embora tais aumentos não pareçam ter nenhuma significância estatística especial, eles talvez reflitam um melhor tratamento dos escravos, o que estaria de acordo com a historiografia que aponta para novas atitudes por parte dos senhores após o fechamento do tráfico negreiro internacional.

Ao chegar à década de 1870, as crianças de 0 a 14 anos de idade representavam 32,6% da população escrava das regiões Oeste Mineiro e Paracatu. Embora a diferença com relação aos dados da década de 1830 seja mínima, é importante lembrar que àquela altura todos os escravos (e ingênuos) nesta faixa etária haviam nascido no Brasil. Quanto à distribuição por tamanho dos plantéis, nas posses de 1 a 4 cativos as crianças representavam 27,5% de todos os escravos, enquanto a proporção correspondente para as posses de 5 a 19 cativos era 36,6%. Nas demais categorias de tamanho de posse a proporção de crianças ficava entre estes pólos. As diferenças não são particularmente significativas e provavelmente estão a sugerir a importância, neste período, da reprodução natural enquanto determinante do tamanho das posses, em particular o das posses de dimensões médias.¹⁸ Ademais, esta distribuição proporcional de crianças fortemente sugere que uma vez eliminada a influência do tráfico negreiro internacional, o tamanho de posse havia cessado de ser um

18. Para uma análise da importância da reprodução nas estratégias de manutenção e aumento de posses entre pequenos e médios proprietários do Norte de Minas durante o século XIX, ver: BOTELHO (1994)

fator dominante na determinação de padrões reprodutivos. Com efeito, a evidência parece indicar que, na ausência da Lei do Ventre Livre, a reprodução natural teria sido suficiente para assegurar o crescimento da população escrava, mesmo entre os pequenos proprietários.

A Tabela 5 apresenta a razão de sexo da população escrava de 10 anos ou mais nas regiões Oeste Mineiro e Paracatu entre 1831-1832 e 1873-1875 para as cinco categorias de tamanho de posse. Como já mencionado, as matrículas de escravos de dois dos municípios levantados não especificaram o sexo dos ingênuos e, às vezes, omitiram a idade destas crianças. Portanto, não foi possível calcular a razão de sexo para a população como um todo. Assim, os cálculos são baseados na população de 10 ou mais anos de idade.¹⁹ Os valores encontrados para a década de 1830 são bastante altos e obviamente refletem o peso dos homens africanos na população escrava total.²⁰ Claramente, as maiores posses eram as mais dependentes com relação ao tráfico negreiro internacional e, de modo surpreendente, as menores posses eram as menos dependentes. É preciso continuar investigando a distribuição de africanos pelas várias categorias de tamanho de posse.

TABELA 5
RAZÃO DE SEXO DA POPULAÇÃO ESCRAVA DE 10 OU MAIS ANOS DE IDADE, POR TAMANHO DE POSSE: 1831-1832 E 1873-1875

| Anos | Tamanho de Posse | | | | | Total |
|---------|------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 1-4 | 5-9 | 10-19 | 20-29 | 30+ | |
| 1831-32 | 136.7 | 170.5 | 171.7 | 200.0 | 230.2 | 165.9 |
| 1873-75 | 83.2 | 106.7 | 121.6 | 109.9 | 138.8 | 99.8 |

Fonte: Tabela 3.

O que mais chama atenção na Tabela 5 é a queda vertiginosa das razões de sexo para a década de 1870 quando a população escrava como um todo alcançou um equilíbrio entre os sexos. No momento não é possível explicar a marcante predominância das mulheres escravas nas pequenas posses. A alta

19. Para os dois municípios, cujas matrículas cuidadosamente registraram as idades e os sexos de todas as crianças (Patos e Paracatu), a razão de sexo geral era de 96,9.

20. SCHWARTZ (1985, p. 348) encontrou uma razão de sexo de 199 para os engenhos de açúcar de 1710 a 1827, enquanto a razão para as fazendas de cana durante o mesmo período foi de 126. As razões mineiras se situam entre estes valores, indicando que o grau de dependência com relação ao tráfico negreiro era considerável, porém abaixo daquela das atividades diretamente ligadas à exportação.

razão de sexo nas grandes posses provavelmente refletia uma forte dependência anterior com relação ao tráfico negreiro e/ou a continuada preferência pela compra de adultos masculinos. O que mais importa no momento é o fato de que se trata de uma população escrava plenamente capaz de reprodução natural. Mais ainda, a razão de sexo geral para as regiões Oeste Mineiro e Paracatu era sensivelmente menor que as razões encontradas para a população escrava do Brasil e da região Centro Sul no mesmo período: 111,1 e 120,8, respectivamente (SLENES, 1976, p. 691). Este equilíbrio entre os sexos, portanto, claramente distingue nossa amostra regional da maioria das demais populações escravas brasileiras durante a década de 1870.

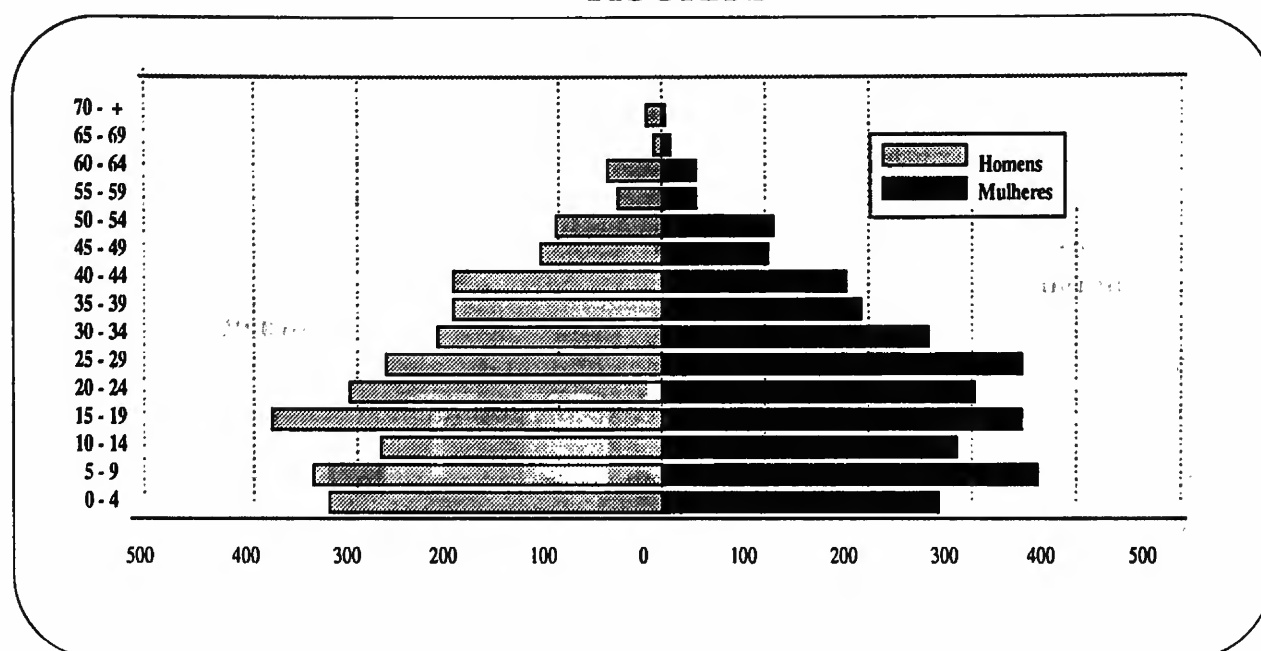
Uma outra medida do potencial reprodutivo da população escrava do Oeste Mineiro e de Paracatu é a proporção de mulheres em idade fecunda na população feminina total. Na década de 1870 aquela proporção havia alcançado nada menos que 67,4%. A razão criança/mulher (razão 0-9/15-49), no entanto, havia diminuído para 734. Trata-se de uma razão ainda relativamente alta, especialmente quando se nota que uma proporção maior de mulheres havia passado para idades menos fecundas. Também é possível que as alforrias estivessem eliminando crianças da razão criança/mulher num período em que a penetração ideológica das campanhas abolicionistas começavam a se espalhar pelo País (CONRAD, 1972, cap. 5, 6 e 7). De novo, é preciso continuar as pesquisas.

Finalmente, a Figura 2 apresenta a pirâmide etária baseada nos dados de 1873-1875. Uma vez que algumas das matrículas não registraram a idade e o sexo de crianças mais novas, a faixa etária de 0 a 9 anos de idade foi dividida uniformemente por sexo. Se todas as informações relativas ao sexo e à idade estivessem disponíveis, o resultado provavelmente teria sido uma pirâmide ainda mais alargada na base. Mesmo assim, tal como está, a pirâmide mostra claramente que a população escrava das regiões Oeste Mineiro e Paracatu na década de 1879 era plenamente reprodutiva. De fato, dado que o enorme grupo na faixa etária de 0 a 19 anos era composto exclusivamente por indivíduos nascidos no Brasil, fica claro que padrões positivos de reprodução passaram a dominar o comportamento demográfico após o término do tráfico negreiro internacional.²¹ Para estas regiões de Minas, então, a Lei do Ventre Livre representou o golpe de misericórdia para a instituição da escravidão e, portanto, não surpreende saber que os deputados mineiros, em sua maioria, na Assembléia Imperial, votaram contra sua aprovação.²²

21. As matrículas não distinguem entre africanos e crioulos, de modo que não foi possível separar estes segmentos da população escrava como se fez na Figura 1.

22. Quatorze dos vinte deputados mineiros rejeitaram o projeto Rio Branco. Significativamente, três dos quatro deputados representando as regiões Oeste Mineiro e Paracatu foram contrários à aprovação da Lei (RIO BRANCO, 1976, p. 225-34).

FIGURA 2



Mediante fontes relativamente pouco usadas exploraram-se os padrões demográficos de uma grande sociedade escravista oitocentista, tanto antes quanto após o término do tráfico negreiro internacional. Argumentou-se que a natureza da economia mineira, especialmente devido a sua orientação para o mercado interno, favorecia o crescimento reprodutivo natural em contraste com as economias de sistemas escravistas dependentes da agroexportação. Os dados revelaram tanto similaridades quanto diferenças importantes na estrutura das populações escravas durante as décadas de 1830 e 1870. Os achados sugerem que certos aspectos dos padrões de reprodução positiva operantes na década de 1870 estavam presentes, pelo menos de forma incipiente, na década de 1830. Para ambos os períodos a presença de crianças escravas (de 0 a 9 anos de idade) foi nada desprezível, apesar da intensidade do tráfico negreiro internacional na década de 1830. Como se viu, a razão criança/mulher (0-9/15-49) foi de 894 crianças por cada mil mulheres em 1831-1832 e 734 em 1873-1875. Para dar conta de possíveis diferenças ligadas ao envelhecimento da população escrava feminina, estas estimativas foram padronizadas por métodos indiretos e confirmaram uma pequena redução de aproximadamente 17% entre as décadas 1830 e 1870. Portanto, de acordo com nossos pressupostos, a fecundidade das mulheres escravas permaneceu relativamente constante ao longo do século.²³

23. Durante este período de quarenta anos, a fecundidade e mortalidade da população brasileira como um todo e da população escrava em particular mudaram muito pouco (MERRICK & GRAHAM,

Na década de 1870 a probabilidade dos escravos serem encontrados em posses menores era bem maior, não obstante, tal tendência claramente não afetou a capacidade reprodutiva da população escrava como um todo. Tal achado parece sugerir que o tamanho das posses deixou de ser uma variável relevante em termos dos padrões de reprodução uma vez cessado o tráfico negreiro internacional, e a própria reprodução poderia ter se tornado um fator importante na determinação do tamanho das posses. As investigações não podem parar aqui. Os dados levantados permitem um estudo mais detalhado da razão criança/mulher, incluindo controles sobre a estrutura etária e a razão de sexo. Dessa forma, seria possível chegar-se a estimativas mais precisas acerca do potencial e êxito reprodutivos da população escrava.

Se a evidência apresentada aqui não convence todo historiador que, em determinados períodos e regiões, os padrões reprodutivos poderiam ser positivos, mesmo em face dos efeitos adversos do tráfico negreiro internacional, é de se esperar que nossas sugestões conduzam a outros estudos que, ao menos, rejeitem a dicotomia simplista que coloca de um lado as populações capazes de reprodução plena e, de outro, aquelas mantidas exclusivamente baseados em reposições por meio do tráfico negreiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDEN, D. "The population of Brazil in the late eighteenth century: a preliminary survey". *Hispanic American Historical Review* v. 43, n. 2, p. 173-201, 1963.
- BARCELLAR, C. de A. & SCOTT, A. S. V. "Sobreviver na senzala: estudo da composição e continuidade das grandes escravarias paulistas, 1798-1818", In: NADALIN, S. O., MARCÍLIO, M. L. & BALHANA, A. P. (eds.) *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo, p. 213-217.
- BASTIDE, R. *As religiões africanas no Brasil*. 2 vols. São Paulo, 1971.
- BURMEISTER, H. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo., 1952.
- BOTELHO, T. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX*. Dissertação de Mestrado, São Paulo; USP, 1994.

1979). Dessa forma, a padronização baseou-se nos seguintes pressupostos: (i) a taxa de crescimento de mulheres escravas de 15 a 49 anos de idade permaneceu constante nos dez anos anteriores a cada arrolamento; (ii) dentro de cada período de dez anos a estrutura etária das adultas permaneceu constante; (iii) a mortalidade era constante e a expectativa de vida das mulheres ao nascer era de cerca de 32,5 anos (Model West, level 6, COALE & DEMENY, 1966); (iv) utilizou-se distribuição padrão de taxas específicas de fecundidade por idade para o Brasil em 1903 (FRIAS & CARVALHO, 1992).

- BURTON, R. F. *Explorations of the highlands of Brazil with a full account of the gold and diamond mines. Also Canoeing down 1,500 miles of the great São Francisco river from Sabará to the sea.* 2 vols. London, 1869.
- CARDOSO, C. F. S. *Escravo ou camponês: O protocampesinato negro na Américas.* São Paulo, 1987.
- CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.* Rio de Janeiro, 1977.
- COALE, A. & DEMENY P. *Regional model life tables and stable populations.* Princeton, 1965.
- CONRAD, R. E. *The destruction of brazilian slavery, 1850-1888.* Berkeley, 1972.
- _____. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil.* São Paulo, 1985.
- COSTA, E. V. da. *Da senzala à colônia.* 2ª ed. São Paulo, 1982.
- COSTA, I. del N. da & GUTIÉRREZ, H. *Paraná - mapas de habitantes 1798-1830.* (Séries Básicas da Economia Brasileira [nº 4]). São Paulo, 1985.
- CURTIN, P. D. *The atlantic slave trade: a census.* Madison, 1969.
- DEAN, W. Comments on 'Slavery in a Non-export Economy., *Hispanic American Historical Review*, v. 63, n. 3, p. 582-4, 1983.
- ELBEN, J. E. On the Natural Increase of Slave Populations: The Example of the Cuban Black Population. In: ENGERMAN, S. L. & GENOVESE, E. D. *Race and slavery in the western hemisphere. Quantitative studies.* Berkeley, 1975.
- ELTIS, D. *Economic growth and the ending of the transatlantic slave trade.* New York, 1987.
- ENGERMAN, S. L. & Genovese, E. D. Comments on 'Slavery in a non-export economy' *Hispanic American Historical Review*, v. 63, n. 3, p. 585-90, 1983.
- FRAGOSO, J. L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).* Rio de Janeiro, 1992.
- FREYRE, G. *Casa grande e senzala.* Rio de Janeiro, 1933.
- FRIAS, L. A. M. & CARVALHO, J. A. M. Uma avaliação da fecundidade no Brasil ao início do século. *Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais.* Brasília, 1992.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil.* 7ª ed. São Paulo, 1967.
- GEBARA, A. *O mercado de trabalho livre no Brasil.* São Paulo, 1986.

- GUERZONI FILHO, G. & NETTO, L. R. Índices de nupcialidade da população forra em Minas Gerais no século XIX. *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 3, p. 169-84. São Paulo, 1988.
- GUTIÉRREZ, H. Demografia escrava numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, v. 17, n. 2, p. 297-314, 1987.
- _____. Crioulos e africanos no Paraná. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, p. 161-88, 1988.
- GUTMAN, H. G. *The black family in slavery and freedom, 1750-1925*. New York, 1976.
- HENRY, L. & BALHANA, A. P. La population du Paraná depuis de XVIIIeme siècle. *Population*, v. 30, n. especial, p. 157-86, 1975.
- HIGMAN B. W. *Slave Population and Economy in Jamaica*. Cambridge, 1976.
- IGLÉSIAS, F. *A economia política do governo provincial mineiro, 1835-1889*. Rio de Janeiro, 1958.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. *Estatísticas históricas do Brasil. Séries econômicas, demográficas e sociais*. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1990.
- KARASH, M. From Porterage to Proprietorship: African Occupations in Rio de Janeiro, 1808-1850. In: ENGERMAN, S. L. E GENOVESE, E. D. *Race and slavery in the western hemisphere. Quantitative studies*. Princeton, 1975, p. 369-94.
- KLEIN, H. S. *The middle passage*. Princeton, 1978.
- KNOX, M. B. Demografia escrava no Piauí. In: NADALIN, S. O., MARCÍLIO, M. L. E BALHANA, A. P. (eds.) *História e população: estudos sobre a América Latina*, São Paulo, 1990, p. 244-49.
- LARA, S. H. *Campos da violência*. Rio de Janeiro, 1988.
- LENHARO, A. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação do Brasil*. São Paulo, 1979.
- LIBBY, D. C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, 1988.
- LUNA, F. V. Casamentos de escravos em São Paulo. In: NADALIN, S. O., MARCÍLIO, M. L. & BALHANA, A. P. (eds.) *História e população: estudos sobre a América Latina*, São Paulo, 1990, p. 226-36.
- LUNA, F. V. & CANO W. Economia escravista em Minas Gerais. *Cadernos IFCH/UNICAMP* 10, 1983.

- LUNA, F. V E COSTA, I. del N. da *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo, 1982.
- LUNA, F. V E KLEIN, H. S. Slaves and masters in early 19th century Brazil: São Paulo em 1829. *Journal of Interdisciplinary History*, v. 21, n. 4, p. 549-573.
- MACHADO, M. H. P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da escravidão. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, p. 143-60, 1988.
- _____. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo, 1994.
- MARTINS FILHO, A. E MARTINS, R. B. Slavery in a non-export economy: nineteenth-century Minas Gerais. *Hispanic American Historical Review*, v. 63, n. 3, p. 537-69.
- MARTINS, M. do C. S. Revisitando a província. *Anais do V Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1990, p. 13-29.
- MARTINS, R. B. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais (Brazil)*. Ph.D. diss., Nashville: Vanderbilt University, 1980.
- MATTOSO, K. M. de Q. *Ser escravo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, 1982.
- MAXWELL, K. *Conflicts and Conspiracies: Brazil & Portugal, 1750-1808*. Cambridge, 1973.
- MERRICK, T. W. E GRAHAM, D. H. *Population and economic development in Brazil-1800 to the present*. Baltimore, 1979.
- METCALF, A. C. A família escrava no Brasil colonial: um estudo de caso em São Paulo. In: NADALIN, S. O., MARCÍLIO, M. L. E BALHANA, A. P. (eds.) *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo, 1990, p. 205-12
- _____. Searching for the slave family in colonial Brazil: a reconstruction from São Paulo. *Journal of Family History*, v. 16, n. 3, p. 283-97, 1991
- _____. *Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822*. Berkeley.
- MÖRNER, M. Comprar o criar? Fuentes alternativas de suministro de esclavos en las sociedades plantacionistas del Neuvo Mundo. *Revista de Historia de América (México)*, v. 91, p. 37-81, 1981.
- MOTTA, J. F. *Corpos escravos, vontades livres: estrutura de posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1990.

- PAIVA, C. A. & ARNAUT, L. D. H. Fontes para o estudo de Minas oitocentista: listas nominativas. *Anais do V Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1990, p. 85-106.
- PAIVA, C. A. et alii. *Estrutura e dinâmica da população de Minas Gerais no século XIX*. Relatório de Pesquisa, Belo Horizonte: CNPq, 1990.
- PAIVA, C. A. & LIBBY, D. C. The middle path: alternative patterns of slave demographics in nineteenth-century Minas Gerais. *Proceedings of the Peopling of the Americas Conference*, v. 1, p. 185-232, Veracruz.
- PAIVA, C. A. & MARTINS, M. do C. S. Notas sobre a censo brasileiro de 1872. *Anais do II Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1983, p. 150-63.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)*. São Paulo, 1976.
- RAMOS, D. A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto. In: NADALIN, S. O., MARCÍLIO, M. L. & BALHANA, A. P. (eds.) *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo, 1990, p. 154-63.
- _____. Single and married women in Vila Rica, Brazil, 1754-1838. *Journal of Family History*, v. 16, n. 3, 261-82, 1991.
- RIO BRANCO, M. P. do. *Centenário da Lei do Ventre Livre*. Rio de Janeiro, 1976.
- SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: São Paulo, 1975.
- SAMARA, E de M. A família negra no Brasil. *Revista de História*, v. 120, p. 27-44, 1989a.
- _____. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo, 1989b.
- SCHWARCZ, L. M. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo, 1985.
- SCHWARTZ, S. B. *Sugar plantations in the formation of brazilian society. Bahia 1550-1835*. Cambridge, 1985.
- SLENES, R. W. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850-1888*. Ph.D. diss., Stanford: Stanford University, 1976.
- _____. Múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH/UNICAMP* 17, 1985.
- _____. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). *Estudos Econômicos*, v. 17, n. 2, p. 217-27, 1987.

_____. Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX.
Revista Brasileira de História, v. 8, n. 16, p. 189-203, 1988

STURZ, J. J. *A review, financial, statistical & commercial of the empire of Brazil and its resources: together with a suggestion of the expediency and mode of admitting brazilian and other foreign sugars into Great Britain for refining and exportation*. London, 1837.

WELLS, J. W. *Exploring and Travelling Three Thousand Miles through Brazil, from Rio de Janeiro to Maranhão*. 2 vols. London, 1887.

(Recebido em fevereiro de 1994. Aceito para publicação em novembro de 1995).